



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	10367/2025
Estudo Preliminar nº:	008/2025
Secretaria:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Setor / Órgão:	Coordenação do Conselho Tutelar I
Objeto:	Trata-se de estudo preliminar referente à contratação de empresa especializada para fornecimento de de coffee break (buffet) e hospedagem, em atendimento às necessidades do curso de formação do SIPIA, direcionado aos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, Conselheiros de Direito e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, sediado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos desta Municipalidade.
Equipe de Planejamento:	Gestor: Ana Clara Alves Leite, Coordenadora Administrativo do Conselho Tutelar I, matrícula 63.547
	Apoio Técnico Administrativo, elaborado com base nos dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD: Monara Tavares da Silva Cunha, matrícula 199.511.
	De acordo: Yuri Guimarães Felisberto Bezerra, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, matrícula 100.518
2. INTRODUÇÃO:	
<p>O presente Estudo Técnico Preliminar corresponde à etapa inicial da fase de planejamento da contratação, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021. Seu objetivo é apresentar a análise detalhada da necessidade administrativa e avaliar as possíveis soluções disponíveis no mercado que possam atender de forma eficiente e vantajosa ao interesse público.</p> <p>Esta contratação reveste-se de especial relevância por estar inserida no contexto das ações estratégicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O curso de formação do SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – representa uma ação essencial de capacitação técnica e institucional dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direitos e demais atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos.</p> <p>Ao viabilizar o fornecimento de coffee break e hospedagem aos participantes, a Administração busca garantir condições adequadas de permanência, acolhimento e bem-estar, fatores que contribuem diretamente para o bom desempenho das atividades formativas. Assim, a contratação pretendida não apenas atende a uma necessidade operacional, mas também fortalece o compromisso da gestão pública com a qualidade do serviço prestado à população e com a valorização dos profissionais que atuam na linha de frente da proteção social.</p> <p>Este estudo visa, portanto, fundamentar tecnicamente a contratação pretendida, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, assegurando que a</p>	



solução a ser contratada seja efetivamente a mais adequada e vantajosa para a Administração.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Fundamentação: (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

A presente solicitação justifica-se pela necessidade de contratação de serviços de fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem, com o objetivo de viabilizar a realização do curso de formação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA). Desenvolvido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o SIPIA é direcionado à capacitação de Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, Conselheiros de Direitos e demais atores que integram o Sistema de Garantia de Direitos.

A formação será organizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, responsável pela articulação e execução das ações necessárias à realização do evento. A contratação dos serviços mencionados é essencial para garantir condições adequadas de acolhimento, permanência e bem-estar dos participantes, contribuindo para o bom aproveitamento das atividades e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à infância e adolescência no âmbito municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A solicitação pretendida se justifica em decorrência da necessidade de fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem, em atendimento às necessidades ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), desenvolvido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania direcionado aos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, Conselheiros de Direito e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, sediado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD
01	9946	<ul style="list-style-type: none">Hospedagem em Hotel ou Pousada, para 1 (uma) pessoa incluindo: Hospedagem deverá ser classificada em no mínimo 3 (três) estrelas Quarto individual com banheiro privativo. Wi-Fi gratuito, climatização e TV a cabo.Refeições inclusas: café da manhã, almoço e jantar.Localização: Próximo ao Centro da Cidade - Nova Friburgo/RJ <p>Visando atender as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Social, no serviço de hospedagem para palestrante do SIPIA convidado pela Contratante. Com sistemas integrados de controle permitindo eficácia no:</p> <p>check-in 04/08/2025 check-out 06/08/2025</p> <p>Eventos dias: 5 e 6 de agosto de 2025 – Capacitação SIPIA para Conselheiros Tutelares.</p>	diárias	2
02	3697	<ul style="list-style-type: none">Contratação de empresa especializada em	serviço	1



		<p>fornecimento de buffet (coffee break), café da manhã e café da tarde, para promover a realização e o desenvolvimento da capacitação dos Conselheiros Tutelares Titulares e Suplentes.</p> <p>DATA: 2 (dois) dias de evento. 5 e 6 de agosto de 2025. HORÁRIO CAFÉ DA MANHÃ: 08H00 ÀS 09H00 HORÁRIO CAFÉ DA TARDE: 16H00 ÀS 17H00 PARTICIPANTES: 30 (trinta) pessoas por dia, totalizando 60 (sessenta) pessoas.</p> <p>Conforme descrição abaixo:</p>		
		<ul style="list-style-type: none">● Coffee Break - Café da manhã● Data: 05/08/2025 e 06/08/2025● Horário: 8h00 às 9h00 <p>Cardápio mínimo exigido:</p> <ul style="list-style-type: none">● Doces (3 opções no dia): 2 tipos de bolo: - laranja, cenoura ou chocolate. 1 tipo de mini carolina recheada: - doce de leite, creme ou brigadeiro.● Salgados (4 opções no dia): 2 tipos de mini sanduíches com recheios variados: - Alface e frios (peito de peru ou salame). - Salpicão de frango. 1 tipo de mini folhado assado: - palmito, peito de peru ou frango. 1 tipo de croissant: - Simples ou recheado com queijo.● Bebidas: Quentes: Café e leite. Frias: 2 tipos de sucos naturais ou concentrados (laranja ou uva; maracujá ou maçã), servidos sem adoçar.● Utensílios e complementos: Copos descartáveis, mexedores de café, pratos, xícaras, talheres e guardanapos de papel. Açúcar refinado branco e adoçante dietético disponíveis para adoçar as bebidas.	30 pessoas	
		<ul style="list-style-type: none">● Coffee Break - Café da tarde● Data: 05/08/2025 e 06/08/2025● Horário: 16h00 às 17h00	30 pessoas	



		<p>Cardápio mínimo exigido:</p> <ul style="list-style-type: none">• Doces (3 opções no dia): 2 tipos de bolo: - laranja, cenoura ou chocolate. 1 tipo de mini carolina recheada: - doce de leite, creme ou brigadeiro.• Salgados (4 opções no dia): 2 tipos de mini sanduíches com recheios variados: - Alface e frios (peito de peru ou salame). - Salpicão de frango. 1 tipo de mini folhado assado: - palmito, peito de peru ou frango. 1 tipo de croissant: - Simples ou recheado com queijo.• Bebidas: Quentes: Café e leite. Frias: 2 tipos de sucos naturais ou concentrados (laranja ou uva; maracujá ou maçã), servidos sem adoçar.• Utensílios e complementos: Copos descartáveis, mexedores de café, pratos, xícaras, talheres e guardanapos de papel. Açúcar refinado branco e adoçante dietético disponíveis para adoçar as bebidas. <p>A empresa contratada deverá fornecer todo o staff necessário para a execução adequada do serviço de buffet (coffee break), incluindo, obrigatoriamente, a disponibilização de 01 (um) garçom e 01 (uma) copeira por dia de evento, durante todo o período de realização das atividades. Os profissionais deverão estar devidamente uniformizados, com postura condizente ao ambiente institucional, prestando atendimento com cortesia, eficiência e agilidade.</p> <p>O buffet deverá fornecer toda a estrutura necessária, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ornamentação básica das mesas de serviço e consumo;• Montagem, reposição, atendimento, desmontagem e limpeza do espaço utilizado durante o evento;• Materiais e utensílios indispensáveis, tais como: pratos, copos/taças/xícaras, talheres, guardanapos, bandejas, utensílios de serviço e toalhas de mesa na cor branca para a mesa principal.		
--	--	--	--	--



		O não cumprimento das obrigações aqui previstas poderá acarretar a aplicação das penalidades contratuais cabíveis.		
--	--	--	--	--

4.1. Sustentabilidade

A contratação deverá observar os princípios da responsabilidade socioambiental, em conformidade com o **art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012**, que estabelece diretrizes para contratações públicas sustentáveis. Além de eventuais critérios de sustentabilidade já incorporados à descrição do objeto, a empresa contratada deverá adotar práticas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, considerando, entre outros, os seguintes aspectos, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Redução do impacto ambiental sobre recursos naturais como fauna, flora, ar, solo e água;
- Preferência por materiais, insumos e tecnologias produzidos localmente;
- Eficiência no consumo de recursos naturais, especialmente água e energia;
- Estímulo à geração de empregos, priorizando a contratação de mão de obra local;
- Utilização de equipamentos e práticas com maior durabilidade e menor necessidade de manutenção;
- Adoção de soluções inovadoras que reduzam a pressão sobre os recursos naturais;
- Emprego de insumos e serviços com origem sustentável;
- Quando aplicável, uso de produtos florestais provenientes de manejo sustentável ou de reflorestamento.

No que se refere ao fornecimento de alimentos (coffee break), deverão ser observadas as normas sanitárias vigentes, especialmente a **Resolução RDC nº 216/2004**, alterada pela **RDC nº 52/2014**, da ANVISA, bem como as demais legislações e normas complementares expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária estadual e municipal.

4.2. Indicação de Marcas ou Modelos

Em observância ao disposto no **art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, não será permitida a indicação de marcas ou modelos específicos na descrição do objeto, salvo nas hipóteses excepcionais previstas em lei e devidamente justificadas, o que não se aplica ao presente caso.

4.3. Exigência de Amostras

Não será exigida a apresentação de amostras para a contratação ora pretendida, considerando a natureza dos serviços a serem prestados.

4.4. Carta de Solidariedade

Na hipótese de a empresa contratada atuar como fornecedora, distribuidora ou revendedora, será exigida **carta de solidariedade** emitida pelo fabricante dos produtos eventualmente fornecidos, assegurando o compromisso com a qualidade e a execução integral do objeto contratado.

4.5. Vedações e Dispensas

- Subcontratação:** Não será admitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto contratual.
- Garantia Contratual:** Não haverá exigência de garantia contratual, conforme previsto nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do serviço e a relação custo-



benefício da exigência.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Fundamentação: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Nos termos do inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade da descrição da solução como um dos elementos essenciais do Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação visa atender à demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, no tocante à realização do curso de formação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA.

O SIPIA é uma ferramenta estratégica desenvolvida pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, voltada à sistematização, gestão e análise de dados sobre violações de direitos de crianças e adolescentes, sendo operacionalizado pelos Conselhos Tutelares em todo o território nacional. Sua correta implantação e utilização dependem de ações de capacitação contínua dos atores do Sistema de Garantia de Direitos, com vistas à efetivação da política de proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesse contexto, a Secretaria assume o papel de articuladora local da formação, organizando a logística necessária à execução do curso, o que inclui a contratação dos serviços de hospedagem e fornecimento de coffee break (buffet), considerados indispensáveis ao adequado acolhimento dos participantes e à permanência do palestrante responsável.

5.1

HOSPEDAGEM

A capacitação será conduzida pelo **Coordenador Técnico Estadual do SIPIA/CT**, Sr. **Sérgio Henrique Teixeira**, especialista designado pelo Ministério dos Direitos Humanos para ministrar o conteúdo técnico aos Conselheiros Tutelares do Município de Nova Friburgo.

Considerando que o evento ocorrerá nos dias **5 e 6 de agosto de 2025**, e que será necessário o comparecimento prévio do palestrante para organização dos materiais, alinhamento técnico e preparação da estrutura didática, estima-se a necessidade de **duas diárias de hospedagem**, com **check-in em 04/08/2025 e check-out em 06/08/2025**.

A contratação da hospedagem assegura o cumprimento do cronograma previsto e garante condições adequadas de descanso e conforto ao profissional, contribuindo para o êxito do evento.

5.2

BUFFET

-

ESTIMATIVA

DOS

PARTICIPANTES

A formação terá duração de dois dias, sendo dirigida aos Conselheiros Tutelares eleitos no último processo eleitoral realizado em 1º de outubro de 2024, bem como aos coordenadores do CRAS e CREAS e representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

A participação desses atores é fundamental para garantir a uniformidade de entendimento sobre o uso da plataforma SIPIA, promover a integração entre os serviços da rede de proteção e qualificar o



atendimento prestado à população infantojuvenil.

Com base no levantamento da atual composição dos Conselhos e dos profissionais vinculados à rede socioassistencial, estima-se a seguinte quantidade de participantes:

- **Conselheiros Tutelares – CT1: 15 participantes**
- **Conselheiros Tutelares – CT2: 7 participantes**
- **Coordenadores do CRAS e CREAS: 5 participantes**
- **Representantes do CMDCA: 3 participantes**

Total estimado: 30 participantes

A contratação de buffet (coffee break) contempla o fornecimento de alimentação leve durante os intervalos das atividades, com o objetivo de manter o bem-estar, a concentração e o engajamento dos presentes ao longo da programação. Além de atender ao princípio da eficiência administrativa, a medida contribui para a valorização dos profissionais da rede, estimulando sua participação integral no processo formativo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a)** ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b)** ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente, cumpre destacar que, nos termos do **Decreto Municipal nº 169, de 08 de agosto de 2017**, a atribuição formal para a realização da pesquisa de preços de mercado é da **Secretaria de Licitações e Planejamento**. No entanto, em atendimento às orientações emitidas pela Controladoria Geral do Município, foi realizada consulta prévia no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, com o objetivo de identificar contratações similares à que ora se pretende efetivar.

Ressalta-se, contudo, que os preços obtidos por meio da pesquisa no PNCP referem-se a contratações com objetos semelhantes, mas cujos **quantitativos, especificações e condições contratuais** não coincidem integralmente com as necessidades específicas desta contratação. Assim, por cautela, os valores identificados não devem ser utilizados como **referência balizadora exclusiva**, cabendo à Secretaria competente, conforme o Decreto supracitado, a realização da devida **pesquisa de mercado**, com ampla coleta de cotações, para subsidiar a estimativa de preços e garantir a economicidade do futuro certame.

A pesquisa de mercado visa verificar os valores usualmente praticados no setor, tanto no âmbito público



quanto no privado, com o propósito de assegurar que a contratação pretendida seja, simultaneamente, **vantajosa para a Administração Pública e exequível por parte dos fornecedores.**

Nesse sentido, este Estudo Técnico Preliminar consigna, de forma complementar, os **preços praticados por entes públicos** que realizaram contratações semelhantes, inclusive aquelas conduzidas sob a égide da **Lei Federal nº 14.133/2021**, permitindo, assim, uma **análise comparativa de mercado**. Tais dados encontram-se sistematizados no quadro demonstrativo a seguir:

ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE/FORMA DE CONTRATAÇÃO
Fundo Municipal de Assistência Social de João Pessoa	Diária de hospedagem em hotel/pousada	R\$145,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Dispensa AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART.75, II TIPO: Ato que autoriza a contratação direta MODO DE DISPUTA: não se aplica REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID DE CONTRATAÇÃO PNCP: 11588933000168-1-000036/2024 FONTE: Betha Sistemas
Município de Mundo Novo	Prestação de serviço de hospedagem como hotel/pousada	R\$100,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Credenciamento AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART.75, II TIPO: Ato que autoriza a contratação direta MODO DE DISPUTA: Não se aplica REGISTRO DE PREÇO: NÃO



			ID DE CONTRATAÇÃO PNCP: 13795380000140-1- 000009/2025 FONTE: Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP
Município de Goiatuba	Diária apartamento de solteiro	R\$124,67	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Credenciamento AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART.75, II TIPO: Ato que autoriza a contratação direta MODO DE DISPUTA: não se aplica REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID DE CONTRATAÇÃO PNCP: 01753722000180-1- 000102/2025 FONTE: Prodata Informática
Secretaria da Educação - SEC	Fornecimento de coffee break	R\$18,50	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Dispensa AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART.75, II TIPO: Ato que autoriza a contratação direta MODO DE DISPUTA: não se aplica REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID DE CONTRATAÇÃO PNCP: 13937065000100-1- 000734/2025



			FONTE: Bahia Secretaria da administração
Bahia Secretaria da Administração	Fornecimento de coffee break	R\$24,97	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Dispensa AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART.75, II TIPO: Ato que autoriza a contratação direta MODO DE DISPUTA: não se aplica REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID DE CONTRATAÇÃO PNCP: 13323274000163-1-000232/2025 FONTE: Bahia Secretaria da administração
Município de Lajes	Coffe break (por pessoa)	40,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: Dispensa AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART.75, II TIPO: aviso de contratação direta MODO DE DISPUTA: dispensa com disputa REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID DE CONTRATAÇÃO PNCP: 08113466000105-1-000020/2025 FONTE: Top Down Consultoria Ltda



ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DAS ÚLTIMAS 3 (TRÊS) CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR ESTA MUNICIPALIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE COFFEE BREAK:

EVENTO	OBJETO	VALOR HOMOLOGADO
PROC. 21056/2023 - 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	LANCHE VESPERTINO	R\$ 20,00
PROC. 22822/2024 Curso de formação continuada da Escola de Conselhos do Estado do Rio de Janeiro (ECRJ)	BUFFET - (café matutino - lanche vespertino)	R\$ 34,72

ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ÚLTIMA CONTRATAÇÃO REALIZADA POR ESTA MUNICIPALIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE HOSPEDAGEM:

EVENTO	OBJETO	VALOR HOMOLOGADO
PROC. 16422/2023 16º Conferência Municipal de Assistência Social	Hospedagem	R\$257,25 (diária)

Existem diversas soluções no mercado para o fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem, cada uma adequada a diferentes necessidades. Dentre elas, podemos citar:

COFFEE BREAK:

1. Empresas Especializadas: Muitas empresas oferecem serviços de coffee break, incluindo opções personalizadas. Elas geralmente oferecem café, chás, lanches, frutas e opções vegetarianas.

Prós:

- Variedade de opções de menu.
- Serviços personalizados.
- Experiência em eventos.

Contras:

- Custo elevado.
- Dependência da qualidade do serviço.

2. Buffets e Catering: Buffets locais podem oferecer pacotes de coffee break que se ajustam ao orçamento e às necessidades.

Prós:



- Pacotes adaptáveis ao orçamento.
- Experiência em grandes eventos.

Contras:

- Pode exigir reserva antecipada.
- Qualidade pode variar.

3. Delivery de Alimentos: Plataformas de entrega de alimentos (como iFood, Uber Eats, etc.) podem ter parceiros que oferecem pacotes de coffee break.

Prós:

- Praticidade e rapidez.
- Opções de escolha diversificadas.

Contras:

- Qualidade do produto pode ser inconsistente.
- Taxas de entrega podem aumentar o custo.

4. Serviços de Eventos: Empresas que organizam eventos muitas vezes incluem coffee breaks em seus pacotes. Elas podem fornecer não só alimentos e bebidas, mas também o atendimento.

Prós:

- Pacotes completos que incluem coffee break e organização.
- Profissionais experientes.

Contras:

- Custo mais alto por serviços adicionais.
- Flexibilidade limitada em opções.

A escolha de cada uma dessas soluções dependerá das necessidades do evento, como número de pessoas, estilo e orçamento.

HOSPEDAGEM:

1. Hotéis Executivos: Hotéis voltados para o público corporativo, oferecendo infraestrutura adequada para eventos, reuniões e estadias confortáveis.

Prós:

- Localização estratégica (próxima a centros empresariais e aeroportos).
- Serviços adicionais como salas de reunião, café da manhã incluso e Wi-Fi.
- Padrão de qualidade previsível.

Contras:

- Custo elevado, dependendo da categoria do hotel.
- Pode não ser a melhor opção para eventos mais informais ou com grande número de hóspedes.

2. Pousadas e Hotéis Boutique: Acomodações menores e mais aconchegantes, ideais para eventos menores ou estadias prolongadas.

Prós:

- Ambiente mais personalizado e acolhedor.
- Possibilidade de pacotes customizados para grupos.
- Custo mais acessível que hotéis de rede.

Contras:

- Infraestrutura limitada para eventos corporativos.
- Pode não ter disponibilidade para grandes grupos.

3. Resorts e Hotéis-Fazenda: Opção ideal para eventos que buscam integração entre hospedagem, lazer e experiências diferenciadas.

Prós:

- Estrutura completa para lazer e atividades recreativas.
- Espaços para eventos e convenções.



- Experiência diferenciada para os participantes.
- Contras:
- Custo elevado.
 - Geralmente localizados em áreas afastadas, exigindo planejamento logístico.

4. Hostels e Acomodações Compartilhadas: Alternativa econômica para eventos que reúnem um público jovem ou equipes que buscam reduzir custos.

- Prós:
- Preço acessível.
 - Possibilidade de hospedagem coletiva para integração da equipe.
 - Localização central em muitos casos.
- Contras:
- Menos privacidade e conforto.
 - Serviços mais limitados em comparação a hotéis convencionais.

5. Aluguel de Casas e Apartamentos (Airbnb e Temporada): Opção flexível para eventos menores ou equipes que precisam de estadias prolongadas.

- Prós:
- Maior liberdade e privacidade.
 - Opções variadas de tamanho e localização.
 - Pode ser mais econômico para grupos grandes.
- Contras:
- Falta de serviços como recepção 24h e café da manhã.
 - Variabilidade na qualidade e disponibilidade.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Como já pontuado acima, conforme Decreto nº 169, de 08 de agosto de 2017, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria Municipal de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP e contratações anteriores. Com base nessa pesquisa, foi apurada a seguinte média de valores / valores estimados:

ITEM	MÉDIA PREÇO PNCP	MÉDIA PREÇO CONTRATAÇÕES ANTERIORES	MÉDIA PARÂMETROS	QTDE	PREÇO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
item 1 - hospedagem	R\$123,22	R\$257,25	R\$190,23	2 diárias	R\$380,46	R\$380,46
item 2 - coffee break	R\$27,82	R\$27,36	R\$27,59	60 pessoas	R\$1.655,40	R\$1.655,40

TOTAL GERAL : R\$ 2.035,86 (DOIS MIL E TRINTA E CINCO REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS)

Vale ressaltar que os preços alcançados no PNCP são de contratações similares ao presente, no entanto, os quantitativos e especificações não são exatamente correspondentes a presente contratação, tendo em vista a dificuldade de localização igualmente ao demandado.



A certificação da estimativa do valor, para fins de contratação direta, ocorrerá após pesquisa de preços realizada pela Secretaria Municipal

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A dispensa de licitação é uma modalidade de contratação em que não é necessário realizar o processo licitatório para a aquisição de bens, serviços ou obras. Em situações específicas, previstas no artigo 75, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode realizar a contratação direta, sem a necessidade de seguir as etapas formais de uma licitação.

Primeiramente, urge esclarecer que diante aos valores estimados obtidos no tópico anterior (7), os valores a serem alcançados nesta contratação estará dentro do previsto no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c anexo do Decreto nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023, ou seja, inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).

Diante do objetivo a ser alcançado, que trata-se da contratação de empresa especializada para fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem,, sob demanda, a dispensa de licitação permite uma maior agilidade em situações específicas que demandam soluções rápidas e eficientes, sem comprometer a legalidade e a transparência dos processos de contratação, o que é especialmente importante no presente caso, cujo evento será iniciado em curto prazo, nos dias 5 e 6 de agosto de 2025, o que inviabiliza a realização de um processo licitatório tradicional.

O critério de menor preço unitário por item refere-se à avaliação e seleção das propostas com base no menor preço oferecido para cada item individualmente, em vez de considerar o preço total de um conjunto de itens (lote). Este critério de julgamento visa garantir que a Administração Pública obtenha o melhor custo-benefício, assegurando a economicidade, eficiência, qualidade e a melhor utilização dos recursos disponíveis no fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem.

A contratação com o menor preço por item traz benefícios diretos, como a possibilidade de aumentar a quantidade de itens servidos no coffee break (buffet), sem comprometer a qualidade do item.

Por fim, a dispensa de licitação e a escolha pelo menor preço unitário por item alinha-se com o interesse público, que requer fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem com a maior qualidade possível, dentro do menor preço, de modo a atender às necessidades da Administração sem sobrecarregar o orçamento público.

Sendo assim, a solução foi analisada, pormenorizada nas pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, e as soluções disponíveis no mercado mais adequadas se encontram nas opções de itens 1 e 3 para coffee break e itens 1 e 2 do item 6 deste ETP, a ser processado na modalidade de dispensa de licitação, em sua forma eletrônica, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item, em cumprimento ao dispositivo constitucional constante no art. 37, *caput* e inciso XXI da CF/88.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A presente contratação, que contempla os serviços de fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem para atender às necessidades do curso de formação do SIPIA, será realizada de forma parcelada, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021. O parcelamento encontra amparo legal no inciso VIII do § 1º do art. 18, no art. 40, inciso V, alínea “b”, e no art. 47, inciso II da referida norma, os quais preveem que, sempre que o objeto for divisível e o fracionamento não comprometer a viabilidade técnica ou a obtenção de ganhos de escala, a contratação deve ser realizada por itens, de modo a assegurar maior competitividade, isonomia entre os licitantes e a proposta mais vantajosa para a Administração.

A análise técnica conduzida demonstrou que o objeto é plenamente divisível, sendo possível a



contratação separada dos serviços de buffet e de hospedagem sem prejuízo à execução do evento. Não há comprometimento da eficiência, tampouco perda de ganhos de escala, sendo economicamente viável a divisão, além de tecnicamente recomendável. A adoção do parcelamento favorece, ainda, a ampliação da concorrência, possibilitando a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e fornecedores especializados em cada área, os quais, por suas características, muitas vezes não possuem condições de disputar uma contratação global. Tal medida permite a obtenção de melhores preços e condições comerciais, atendendo aos princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Além disso, o fracionamento contribui para uma gestão mais eficiente e menos vulnerável, pois, em caso de inadimplemento por parte de um dos fornecedores, a execução dos demais itens poderá seguir normalmente, evitando a paralisação total dos serviços. A medida também permite que cada contrato seja ajustado às especificidades do serviço contratado, como exigências sanitárias no caso do buffet e requisitos de conforto e segurança no caso da hospedagem, promovendo maior aderência entre os contratos e os serviços efetivamente prestados.

Por fim, cumpre destacar que a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União dispõe que é obrigatória a adjudicação por item quando o objeto for divisível e o parcelamento não comprometer o conjunto da contratação, reforçando a legalidade e a pertinência da presente decisão. Diante de todo o exposto, conclui-se que o parcelamento da contratação em dois itens – hospedagem e coffee break – encontra respaldo técnico e jurídico, sendo a alternativa mais eficiente, econômica e vantajosa para a Administração.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A presente contratação tem por finalidade atender às necessidades logísticas relacionadas à realização das atividades formativas do **Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA)**, desenvolvido pelo **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania**, voltadas aos **Conselheiros Tutelares titulares e suplentes, Conselheiros de Direito e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos** do Município de Nova Friburgo.

Para viabilizar a capacitação, torna-se necessária a contratação de serviços de **fornecimento de coffee break (buffet) e hospedagem**, conforme cronograma abaixo:

→ BUFFET (coffee break)

- **Data:** 05/08/2025 e 06/08/2025
- **Horário:** Das 08h às 17h
- **Quantidade estimada de participantes:** até 30 (trinta) pessoas

→ HOSPEDAGEM

- **Check-in:** 04/08/2025
- **Check-out:** 06/08/2025
- **Hospedagem destinada ao palestrante responsável pela formação, oriundo de outro município.**



Considerando a natureza pontual e específica do evento, bem como os valores estimados para a contratação, entende-se que a **dispensa de licitação**, com fundamento no **inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, configura-se como a **modalidade mais adequada**, a ser processada de forma eletrônica, utilizando-se o **critério de julgamento do menor preço unitário por item**, garantindo a economicidade, a celeridade processual e a estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Para a contratação em questão, **não se identificam providências prévias específicas a serem adotadas no âmbito da Administração Pública diretamente relacionadas à viabilidade técnica, orçamentária ou jurídica** do objeto, uma vez que se trata de serviço pontual, de natureza simples e com execução imediata.

No entanto, em consonância com os princípios da **planejamento, eficiência e governança das contratações públicas**, previstos na Lei nº 14.133/2021, destaca-se a **necessidade de capacitação contínua dos servidores designados para a condução e fiscalização do contrato**, especialmente quanto às atribuições do fiscal e do gestor contratual, nos termos do art. 117 da referida norma.

A atuação do fiscal do contrato, sob supervisão do gestor, deverá ser exercida com base em critérios técnicos e operacionais adequados, visando assegurar o correto cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, a boa aplicação dos recursos públicos e a mitigação de riscos contratuais. Tal capacitação é considerada essencial para o fortalecimento do controle interno e o aprimoramento da gestão contratual no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

No âmbito da presente contratação, **não foram identificados impactos ambientais significativos** diretamente decorrentes da prestação dos serviços de coffee break (buffet) e hospedagem. Dessa forma, este item não interfere diretamente no planejamento da contratação.

Entretanto, **considerando a diretriz legal de promoção do desenvolvimento nacional sustentável**, a empresa contratada deverá observar as boas práticas de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, incorporando, sempre que possível, os seguintes critérios:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

